



SALÁRIOS SEGUEM ARROCHADOS, ENQUANTO GOVERNO GARANTE OS LUCROS DA BURGUESIA INTERNACIONAL E NACIONAL

A defesa dos salários, empregos e direitos exige a luta de classes – manifestações de rua, greves, ocupações de ruas e prédios!

 Um estudo do IBGE mostra que a participação dos salários caiu, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), nos últimos anos. No ano de 2016, a soma de todos os salários dos trabalhadores equivalia a 35,5% do PIB. Já em 2021, correspondia a 31%. Por outro lado, o lucro das empresas aumentou no mesmo período, de 32,3%, para 37,5% do PIB.

Isso é consequência direta da Contrarreforma Trabalhista e da Lei da Terceirização irrestrita, que precarizou ainda mais os empregos e diminuiu salários, e das medidas patronais e gover-

namentais durante a Pandemia (demissões, redução de jornada com redução de salário, etc.).

O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, além de manter todas as contrarreformas, acenou com a demagógica medida provisória que reajusta a tabela do imposto de renda, estabelecendo que quem ganha até dois salários mínimos fica isento do imposto de renda. Dizemos demagógica, porque a tabela do imposto de renda segue defasada (146% de defasagem em relação a 1996), e está longe de isentar todos os trabalhadores assalariados.

É preciso que os sindicatos e centrais sindicais iniciem uma ampla mobilização para derrubar as contrarreformas, em defesa dos empregos e dos salários. Para isto, precisam romper com a política de suas direções governistas. Para impulsionar esta tarefa, é necessário organizar as oposições revolucionárias no interior dos sindicatos e movimentos, porque só com independência de classe e os métodos da luta de classes é possível defender os interesses dos operários.

Todo apoio à greve das metalúrgicas de Caçapava em defesa dos empregos!

 A empresa Rosenberger Domex, do ramo de telecomunicações, localizada em Caçapava/SP, no dia 30/01, anunciou a demissão de dezenas de metalúrgicas. No dia seguinte, houve assembleia que aprovou a greve em defesa dos empregos, pela reintegração das demitidas, e estabilidade para as

operárias da planta.

Nós, do Boletim Operário Internacionalista, defendemos que os trabalhadores não podem aceitar a demissão, venha ela da forma que vier (demissão direta, PDV, etc.). É preciso organizar um movimento em defesa dos empregos e da estabilidade no emprego! Utilizar todas as forças

em defesa do emprego, realizar manifestações nas ruas, parar a produção, ocupar as fábricas.

Pela reintegração imediata das metalúrgicas demitidas! Estabilidade no emprego para todas!

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo

UCRÂNIA

Derrota militar da OTAN e o imperialismo

Escreva para o boletim operário da Corrente Sindical Marxista – G. Lora para contribuir com denúncias, com matérias e com a organização sindical.

Ameaça de RETIRADA DE DIREITOS dos trabalhadores portuários avulsos (TPAS)

No final de janeiro, a Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP), entidade patronal, ingressou com uma ação judicial no STF, para que o tribunal desobrigue os Operadores Portuários de requisitarem os trabalhadores portuários avulsos (TPAs), categoria que conta com aproximadamente 50.000 operários em todo o país.

Desde a década de 1930, os TPAs têm a garantia do trabalho nos portos públicos. Ao longo das décadas, fruto das diversas lutas, foram conquistados diversos direitos trabalhistas, consolidados nos acordos coletivos. A entidade patronal busca no STF justamente contornar estas conquistas, e rebaixar os salários e direitos dos TPAs.

Os trabalhadores portuários não têm outra saída que não seja a da luta em defesa dos seus empregos, salários e direitos. Para isto, devem iniciar imediatamente uma mobilização nacional nos portos, com assembleias, atos de rua, paralisações e greve. **Os sindicatos portuários, federações e centrais sindicais têm o dever de impulsionar a luta nacional dos portuários em defesa dos seus trabalhos!** ●I

GREVE DOS FERROVIÁRIOS NA ALEMANHA

Os ferroviários da empresa estatal alemã Deutsche Bahn realizaram uma greve de cinco dias (de 23 a 28 de janeiro). Exigiam: 18% de aumento, redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, aumento em 5% nas contribuições patronais nas aposentadorias, e aumento dos "prêmios" por produtividade em 25%. A empresa ofereceu aumento salarial de 4,8%, adicional de 5%, a partir de abril de 2025, redução de jornada de 38 para 37 horas para 2026, e um "bônus" diante da escalada inflacionária.

A greve paralisou o transporte de passageiros e mercadorias em todo o país. Foi a quarta greve em três meses, representando um ascenso na luta de classes no país, diante do aumento do custo de vida e precarização do trabalho, resultado da crise econômica e do financiamento da guerra na Ucrânia, que se refletem no aumento dos preços dos serviços e da energia, que levaram ao bloqueio das importações de alimentos e energia da Rússia. A destruição acelerada das condições de vida obriga os assalariados a saírem à luta.

As greves, bloqueios e manifestações que acontecem na Europa demonstram que as massas operárias e assalariadas têm de recorrer à ação direta para impor suas necessidades mais imediatas e a defesa de seus direitos. Está colocada a unificação das lutas operárias por toda a Europa. Para isso, é preciso passar por cima do divisionismo nacionalista, e desenvolver a política e programa revolucionários, que ajudem a vanguarda a travar a luta pelos objetivos comuns dos explorados, dando um passo na direção da revolução socialista. ●I

É com greve por tempo indeterminado e a unidade geral das massas que se barrará a privatização da linha 7

No dia 26/02, a Alesp começará a debater o projeto de lei de privatização da linha 7 (Coral) da CPTM, pelo governo Tarcísio. No dia 30/01, a reunião das direções sindicais dos trabalhadores ferroviários, metroviários e da Sabesp apresentou um "calendário de luta" que foi decidido pelas direções burocráticas por cima das bases, e sem as consultar. Seu objetivo é continuar subordinando as greves e atos à pressão parlamentar, e usá-los para ajudar a campanha de Boulos-Marta para a prefeitura de S. Paulo. Apenas foi convocada uma "greve" no dia da sessão da Alesp, que tratará da privatização da linha 7, e mais nada.

Quando o governo não enfrenta um movimento unitário, radicalizado e organizado com os métodos da luta de classes, pode impor as privatizações (como já aconteceu com a Sabesp), a terceirização e o aumento das tarifas dos transportes, que destroem nossas condições de vida e trabalho.

É preciso superar os métodos impostos pelas direções burocráticas! Que se convoquem assembleias livres e democráticas, que decidam o plano de lutas e os métodos para construir uma greve unitária e radicalizada para derrotar o governo Tarcísio e barrar as privatizações! ●I

Pela derrota militar da coalizão imperialista no Iêmen!

As potências imperialistas continuam atacando o movimento dos houthis no Iêmen. Contam inclusive com o apoio do governo brasileiro, que assumiu o comando de uma força-tarefa contra a chamada "pirataria" na região do Mar Vermelho e Golfo de Áden.

Os houthis se colocaram em defesa dos palestinos, que estão sendo massacrados pelo Estado de Israel com o apoio dos EUA e das demais potências. Eles exigem o fim imediato do genocídio que já matou 30 mil palestinos, para liberarem o comércio no Mar Vermelho.

O ataque imperialista e a declaração de guerra dos houthis constituem episódios da luta travada entre oprimidos e opressores, que agora se manifesta desde Gaza para o restante do Oriente Médio.

Os operários não podem se deixar levar pela posição do imperialismo ou pelo pacifismo pequeno-burguês hipócrita. É preciso defender incondicionalmente a derrota do imperialismo e o apoio incondicional aos houthis, em seu objetivo de sangrar e derrotar o imperialismo e o sionismo. **Rechaçamos que o governo brasileiro aceite dirigir a Força Tarefa da ONU no Mar Vermelho, que servirá aos interesses do sionismo e do imperialismo.** ●I